

O PAPEL DAS CONFERÊNCIAS DAS PARTES NA PROMOÇÃO DA AGENDA INTERNACIONAL DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

ANGELO MIGUEL DO AMARAL LOPES¹; FERNANDA DE MOURA FERNANDES²

Universidade Federal de Pelotas – angelolopez2123@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas – fernandes.fernanda@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Pilar fundamental na resolução da crise climática global, o debate em torno da transição energética é uma das pautas estratégicas para o enfrentamento do aquecimento global. Conforme definição da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA, 2023), a transição energética pode ser caracterizada como o processo que refere-se à mudança gradual do sistema de matrizes energéticas globais de fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis para fontes de energia renovável. Contudo, apesar de sua importância, tal debate inseriu-se na agenda multilateral tardivamente, tendo como marco a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) de 1992, que estabeleceu a Conferência das Partes (COP), encontro anual para debater os problemas e soluções para mitigar a crise climática global.

Tendo sua 1^a edição em 1995, na Alemanha, a COP 1 foi responsável por inserir o debate climático na agenda internacional, onde rapidamente a questão ascende, face sua relevância evidente. Logo, desde 1995 até os presentes dias, as COPs ocorrem regularmente e figuram importantes marcos internacionais sob os quais os estados gradativamente vem se comprometendo, com vistas - dentre outros pontos - a promover agendas estratégicas em prol do desenvolvimento sustentável. Logo, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a evolução dos compromissos multilaterais assumidos pelos países no que tange à promoção da transição energética. O questionamento norteador da pesquisa é qual o papel das COPs no avanço do debate multilateral acerca da transição energética, no contexto da crise climática global?

Frente a isto, estabelece-se enquanto hipótese que os marcos normativos juntamente dos debates promovidos e incentivados pelas COPs detêm papel fundamental no comprometimento pelo qual os países assumem em relação à transição energética, tendo em vista que algumas conferências trataram especificamente desta temática. Dentre as contribuições da COP, destaca-se a promoção da cooperação entre os países na implementação de fontes de energia renováveis. Destaca-se que esta pesquisa se insere no debate da Teoria Verde das Relações Internacionais, considerando-se principalmente as contribuições de Dyer (2017).

2. METODOLOGIA

Para desenvolver a presente pesquisa, utilizou-se o método qualitativo, com finalidade analítica. Aliado a isto, foram utilizadas técnicas de pesquisa documental de fontes primárias, sobretudo no que tange aos documentos oficiais das Conferências das Partes (COPs) e demais convenções e órgãos internacionais que versem sobre o tema, disponíveis no site oficial das Nações Unidas e de seus respectivos órgãos parceiros. Complementarmente, utilizou-se a

técnica de revisão bibliográfica de fontes secundárias, como artigos científicos disponíveis em bases de dados como sites repositórios de produções acadêmicas, com vistas a demonstrar às mais recentes e relevantes interpretações acadêmico-científicas acerca da importância do assunto discutido.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Dyer (2017), “As alterações climáticas são a questão ambiental dominante da nossa época, causadas por nossa perigosa dependência de combustíveis fósseis.” (DYER, 2017, p. 88, tradução livre). A crise climática é o fenômeno base do aquecimento global, processo que segundo às Nações Unidas (ONU, 2023), é evidenciado pelas transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e clima, que embora usualmente são tidos como processos naturais, tendo em vista às variações do ciclo solar, hoje demonstram-se catalisados pela ação antrópica que leva os mesmos a níveis alarmantes, sobretudo pela queima dos combustíveis fósseis. Não à toa, esta temática foi recentemente reforçada pelo atual Secretário Geral das Nações Unidas, Antônio Guterres, afirmando estar na hora de “Pararmos de discutir as energias renováveis como um projeto distante e futuro.” (GUTERRES, 2021).

Face a isso, a UNFCCC reconheceu em 1995 a necessidade da pauta climática ter seu próprio espaço institucionalizado, estabelecendo desse modo a Conferência das Partes. Contemporaneamente, as COPs são hoje evidenciadas como o principal palco de debate em torno das questões climáticas, bem como portam-se como um mecanismo primordial para guiar ações e políticas públicas rumo ao enfrentamento do aquecimento global, estando dentre estas, a transição energética. Ainda assim, embora seja inserida na agenda internacional em 1995, às COPs denominam-se enquanto palcos multilaterais de discussão não vinculativas, ou seja, cabem aos estados voluntariamente aderirem às medidas sugeridas ou propostas pela conferência, o que torna o desenvolvimento, o acordo e a implementação dos marcos normativos demorados e incompatíveis com a velocidade na qual ocorrem às mudanças do clima. Tal realidade evidencia-se sobretudo quando analisada a evolução de temas como o da transição energética ao longo de todas as conferências até então realizadas, tendo em vista que a pauta das energias renováveis somente é colocada em voga anos após a primeira conferência realizada.

Sob sua edição inaugural, a primeira COP inaugurou os debates sobre o abandono da negligência dos estados perante o tema - embora estejam presentes nessa edição apenas países desenvolvidos. Em seguida, na COP 3 (1997) situa-se um dos principais marcos normativos internacionais até hoje estabelecido, o Protocolo de Kyoto. Este estabeleceu as primeiras metas com as quais os Estados voluntariamente se comprometem a cumprir, de modo a limitar a emissão de gases de efeito-estufa, em um primeiro esforço para controlar a dispersão dos gases poluentes, catalisados sobretudo por fontes de energias não renováveis.

É fato, que os combustíveis fósseis são reconhecidos como os principais causadores do fenômeno climático, tendo em vista que já nas primeiras conferências são estabelecidas as primeiras metas de redução destes. Em consonância a isto, gradativamente insere-se juntamente nesta agenda às energias renováveis, ao passo que não basta somente reduzir a emissão dos gases poluidores, como também é necessário substituí-los por outras formas de geração de energia limpa.

Hoje, após a realização de 27 edições das COPs, observou-se que a pauta em torno da transição energética somente foi inserida oficialmente na agenda no ano de 2002, durante a COP 8, realizada na Índia, conforme descrito no Quadro 1. Nesta, foi feito o primeiro alerta acerca da questão e sua importância no combate à crise climática, ao passo que, diante da urgência da temática tratada, firmam-se esforços na implementação de alternativas de energia limpa frente aos combustíveis fósseis. Sobre esta COP, podemos evidenciar a pauta energética como prioritária, tendo em vista o exposto pelo boletim síntese da COP 8, onde determina-se que: “A Declaração também apela ao desenvolvimento, divulgação e investimento em tecnologias inovadoras, ao reforço da transferência de tecnologia, bem como melhor acesso à energia, diversificação do fornecimento de energia e um aumento na utilização de energias renováveis.” (IIDS, 2002, p. 13, tradução livre). Ou seja, corrobora-se a hipótese na qual as COPs têm profunda relevância para a promoção dos debates multilaterais sobre o processo da transição energética, catalisado pelo incentivo do uso das fontes de energia renováveis. Conforme disposto no quadro a seguir, evidencia-se algumas conferências fundamentais para a promoção do tema da transição energética junto às COPs, tais como:

CONFERÊNCIA	COMPROMISSOS ESTABELECIDOS
COP 3 / 1997	PROTOCOLO DE KYOTO: Estabelece o primeiro marco institucional das conferências climáticas, por meio de uma meta geral de redução de 5,2% nos gases-estufa, com prazo final em 2012. Entretanto, nos estados do Japão, Estados Unidos, e União Europeia estas metas seriam maiores, sendo respectivamente 6%, 7% e 8%. Às nações em desenvolvimento, contudo, não são aplicadas metas neste momento, estando estes passíveis de reduzi-las voluntariamente.
COP 8 / 2002	FONTES RENOVÁVEIS: Coloca em pauta o uso das fontes de energia renovável na matriz energética dos Estados. O boletim final determina o comprometimento dos Estados em ações para diversificar o fornecimento de energia, assim como ações com um sentido de urgência, para aumentar substancialmente a quota global de fontes de energia renováveis, com o objectivo de aumentar a sua contribuição para o total fornecimento de energia global.
COP 26 / 2021	COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS: Marco no reconhecimento oficial dos combustíveis fósseis (petróleo e carvão) como os “vilões” ou principais causadores do aquecimento global.

Contemporaneamente, a COP 26, realizada em Glasgow, na Escócia, teve como um de seus principais marcos o reconhecimento dos combustíveis fósseis como os principais causadores do fenômeno de aquecimento climático global de forma oficial e consensual entre os estados, estando agora os mesmos dispostos a empregarem esforços para o avanço de agendas como a da transição energética.

4. CONCLUSÕES

Face os aspectos expostos, torna-se claro o aspecto gradual debates multilaterais nas COPs em prol da transição energética ao longo das conferências climáticas realizadas até então, de modo que às discussões rumo a matrizes de energia limpa - sobretudo pela intensificação dos efeitos físicos do aquecimento global, que porta-se atualmente como debate indiscutivelmente necessário e de caráter de urgência.

Além disso, demonstra-se o ganho de relevância da questão de modo que com o decorrer dos anos, a pauta em torno da produção de energia limpa sobre matrizes renováveis é gradualmente elevada às conferências climáticas com notória relevância, embora ainda situe-se em descompasso com o agravamento da crise climática. Tal *delay* pode ser evidenciado pela linha temporal em que ocorrem os marcos normativos, ao passo que conferências vitais para o tema como a COP 8 ocorrem somente sete anos após a primeira COP. Reforça-se este argumento, ainda, quando evidenciado que é somente em 2021 sob a COP 26, que houve o reconhecimento oficial dos combustíveis fósseis como “vilões” do aquecimento global - fato que embora já fosse notadamente consenso entre os Estados desde às primeiras conferências efetuadas, ocorre oficialmente somente 26 anos após a primeira COP realizada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DYER, Hugh. **International Relations Theory**. England: Bristol, 2017.

IRENA. **Energy Transition Outlook**. Irena, Masdar, 13 set. 2023. Acessado em 15 ago. 2023. Online. Disponível em: <https://www.irena.org/Energy-Transition/Outlook>

ONU. **O que são as mudanças climáticas**. Nações Unidas, Nova York, 13 set. 2023. Acessado em 8 set. 2023. Online. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-s%C3%A3o-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas?_gl=1*1v39dy*_ga*MTU3ODg3NjU1LjE2ODk2MjUzNDc.*_ga_TK9BQL5X7Z*MTY5NDIxNDkxNS4xMC4wLjE2OTQyMTQ5MjQuMC4wLjA.

ONU. **Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental**. Nações Unidas, Nova York, 13 set. 2023. Acessado em 8 ago. 2023. Online. Disponível em: <https://unric.org/pt/guterres-esta-na-hora-de-pararmos-de-falar-nas-energias-renovaveis-como-um-projeto-distante-e-futuro/>

ONU. **Boletín de Negociaciones de La Tierra: COP8 Final**. ONU, Nova Déhli, 1 nov. 2002. Acessado em 12 ago. 2023. Online. Disponível em: https://unfccc.int/event/cop-8#decisions_reports

ONU. **Delhi Ministerial Declaration on Climate Change and Sustainable Development**. ONU, Nova York, 13 set. 2023. Acessado em 10 set. 2023. Online. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/conferences/past-conferences/new-delhi-climate-change-conference-october-2002/decisions-new-delhi-climate-change-conference-october-2002>